



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Direito e da Justiça [ST]

O TERRITÓRIO DO CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PORTUGUÊS

GATO, Antónia

Doutorando em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, agato@netcabo.pt

Resumo

Em abril de 1936, o Governo português decreta a construção de uma colónia penal para os presos políticos e sociais no Tarrafal, deixando expresso que se tratava de um “simple estabelecimento penal pertencente ao sistema da metrópole”, planeado de forma transparente e respeitando os melhores critérios para um regime de internamento humano. No entanto, ao redigido opõe-se o conhecimento de quem viveu a realidade dos factos, e que, apelando às suas experiências pessoais dentro do estabelecimento, demonstram as contradições suscitadas entre o registado oficialmente e o veredicto.

Na memória das vítimas, o Campo do Tarrafal traduziu-se num lugar de pena de morte requintada e cruel, um “Campo de Morte Lenta”, também descrito como a “Aldeia da Morte”, o “Pântano da Morte” ou ainda como o “Inferno Amarelo”, de qualquer modo a efigie da morte cola-se ao espaço físico, ainda que este, seja apenas um aliado do património de dispositivos de coerção denunciando a intencionalidade, que sem ser assumida formalmente, era o prejuízo declarado dos encarcerados.

Pretende-se então analisar o campo de concentração do Tarrafal, enquanto mecanismo adotado pelo Estado Novo para eliminar do espaço público os elementos perturbadores da ordem, partindo-se da tese de Berger e Luckmann (2004) sobre os mecanismos conceptuais e das premissas goffmanianas relativamente aos métodos de mortificação dos indivíduos.

Abstract

In April 1936, the Portuguese Government ordered the construction of a penal colony for political and social prisoners in Tarrafal, making it plain that this was deemed to be a "simple penal institution pertaining to the system of the big city", planned in a transparent manner and according to the best criteria for a human internment scheme. However, written reports do not reflect the ground reality and the plight of survivors when encouraged to share their memoirs and personal experiences within the institution, demonstrate the contradictions that arise between what was officially recorded and the verdict.

In the minds of the Tarrafal camp victims, this was a place of capital punishment and cruelty at its finest, a "Camp of Slow Death", also described as the "Village of Death", the "Swamp of Death" or even as the "Yellow Inferno". In any case and no matter what, the physical space will always be plagued by the picture of death, although this, just be an ally of the heritage of coercion whistleblowers intentionality devices, which without formal commitment, would be blatant expressions of prejudice against the prisoners.

The sole purpose is to analyse the Tarrafal concentration camp as a mechanism adopted by the New State to eliminate disturbing elements of the order from the public space, based on the thesis of Berger and Luckmann (2004) regarding conceptual mechanisms and Goffman assumptions about the mortification methods of the individuals.

Palavras-chave: Campo de Concentração; Tarrafal; Morte.

Keywords: Concentration Camp; Tarrafal; Death.

[COM 0179]

Introdução

O Campo do Tarrafal, planeado como prisão no local do desterro, destinava-se ao exercício de um poder político que conferia e conservava a realidade social existente. De acordo com os documentos oficiais do Governo, a sua construção, teve por base os “os ensinamentos da ciência e prática penitenciária” que incorporavam metodologias que espelhavam os procedimentos de repressão próprios das ditaduras europeias e por isso, apesar da sutileza com que eram expostos, não resultavam de uma conceção arbitrária. Berger e Luckmann (2004) referem-se a esses artifícios como mecanismos conceptuais, que constituindo formas de conhecimento destinadas ao controlo e manutenção da ordem institucional, podem também servir de base para a imposição da violência física quer sob a forma de terapia quando a sua aplicação visa a recuperação do desviante e a sua reintegração na sociedade, quer sob a forma de liquidação dos situados fora do universo simbólico (ideologia que legitima a ordem institucional) de uma sociedade.

É verdade que o regime salazarista aplicou metodicamente tais mecanismos para a consolidação do seu doutrinário, em relação à contenção oposicionista e no que diz respeito aos adversários políticos presos em contextos de conspiração e de luta armada, pela gravidade do quadro, foram em última instância tidos como irrecuperáveis e perigosos para a segurança da sociedade idealizada e por essa razão, deixaram de nela ter lugar para existir. Sendo o caso, os órgãos repressivos aplicavam a aniquilação conceptual que comportava antes de mais, a atribuição do estatuto ontológico de criminosos ou de terroristas para justificar o recrutamento forçado dos revolucionários para as prisões especiais do continente e daí o envio para terras distantes e inhóspitas da Ilha de Santiago em Cabo Verde. Não bastando o desterro, foram encarcerados num campo de concentração que se tornou palco da sua lenta liquidação física e moral.

Um Campo destinado à eliminação dos adversários políticos mais importunos

Logo que chegavam ao campo esperava-os o ritual dos discursos oficiais, eram alinhados em sentido para ouvir as palavras que lhes comunicam as regras de funcionamento interno da instituição, nomeadamente os procedimentos disciplinares inerentes ao “rite de passagem” para a vida concentracionária. Nesse momento, começa a fase da “mastigação”^b que contempla a aplicação de um mecanismo de dilaceração dos direitos civis, de desmoralização e de um progressivo desgaste físico, condições que cumprem o complexo processo de “mortificação e desfiguração do eu” dos reclusos, de modo que estes percam a conceção que fazem de si mesmos e as resistências que lhes permitiam manter a dignidade.

Em primeiro, é declarada a extinção do reconhecimento jurídico da pessoa do preso, todos os testemunhos guardam na memória as palavras elucidativas do primeiro Diretor: “Quem entra por aquele portão perde todos os direitos e só tem deveres a cumprir”, o que queria dizer que tinham perdido a sua autodeterminação e passavam a ficar subordinados a regras assimétricasⁱⁱ, e assim, obrigados a cumprir com deferência os rituais de obediência e de submissão que as autoridades do campo lhes impunham.

Seguia-se o despojar de todos os bens pessoais e do traje civil, como exemplifica a descrição que os presos fazem sobre a sua entrada no Campo: “Momentos volvidos, já estávamos metamorfoseados com o uniforme de presidiários” (Firmo, 1978, pp. 147) a que davam o “nome de “fatos de ferro” por serem bastante grosseiros e “quando ao cabo de muitos meses, eles se tornavam macios à força de sucessivas lavagens, era sinal de que começavam a esfiar-se” (Russell, 1976, pp. 94), as roupas e o calçado que traziam eram metidos nas malas e estas guardadas dentro de um barracão a que não tinham acesso, lá ficavam durante anos até apodrecerem ou serem danificadas por insetos, de sorte que quando os presos tinham ordem para regressar ao continente, viam-se obrigados a repartir entre eles as vestes que ainda se mantinham apresentáveis.

A dominação sobre os reclusos é mantida e assegurada não só pela vigilância continua mas também através da reorganização do dia-a-dia. No campo é imposta uma forte disciplina, as práticas são canalizadas para os objetivos do estabelecimento prisional e afinadas por um horário, ele próprio, marcado de forma absurda, como dizem: “as nossas atividades passaram a ser reguladas com prosaicos toques num troço de carril

ferrugento, pendurado ao lado do portão de entrada, no qual os guardas de serviço repicavam com o auxílio de um varão de ferro” (Firmo, 1978, pp. 148).

O som das pancadas no carril alertava todo o acampamento, impondo a execução imediata de rotinas humilhantes e de formaturas obrigatoriamente executadas em uníssono, tal arregimentação onde o indivíduo surge indiferenciado entre todos aqueles que com ele integram o grupo mais numeroso mas com o mais baixo estatuto dentro do campo. Indignados, os reclusos permaneciam em sentido e com as cabeças descobertas ao toque da alvorada ou ao toque do recolher, para a formação de brigadas de trabalho ou para o içar e o arriar da bandeira, durante a leitura das “ordens de serviço” e sempre que os carcereiros o determinassem. Também tinham de tirar o chapéu na presença do Diretor, dos oficiais, sargentos ou guardas.

Ao processo inicial de mortificação do “eu”, agregam-se poderosas técnicas de mutação do “eu” desde a transformação da identidade do indivíduo num simples número, exercida nas repetidas formalidades de contagem quotidiana dos presos, até à desfiguração pessoal devido às sevícias que lhes deixavam o corpo em chaga, combalidos e deformados, com indumentárias andrajosas e quase sempre de cabeça rapada. No entanto, não é a integridade física que tais medidas pretendem atingir, antes são um instrumento usado para a *manipulação da impressão*, destinado a destruir a autoestima e a imagem que os encarcerados possuem de si e dos pares.

No diário de Manuel Francisco Rodrigues, encontra-se uma reflexão bastante interessante sobre a ideia que construímos a respeito dos “outros”, o autor conta que quando conhecia a prisão do Tarrafal a partir de fora, possuía por todos os encarcerados uma profunda admiração, tinha-os como mártires e heróis mas agora, no meio deles e na forçada intimidade da vida em comum, confronta-se com homens reais, que “despidos de preconceitos, das gentilezas, das fórmulas, da arte e dos eufemismos, aparecem rudes, toscos, mais gorilas do que homens. Cheiram a mato e à lama” (Rodrigues, 1974, pp. 20), cheiram também ao suor, ao vômito e à febre. Conclui que a opinião que formamos sobre os “outros” e sobre as coisas é dinâmica, tudo varia de aspeto consoante o momento e o ponto em que nos situamos para a observação, o próprio questiona-se sobre a forma como, também ele agora, aparece aos olhos dos “outros”.

Quando Cândido de Oliveira chega ao Tarrafal em 1942, confronta-se com o mesmo dilema, também ele fica perturbado com o aspeto que os presos exibem dentro do campo, descreve-os do seguinte modo: “pareciam fantasmas, arrastando-se como autómatos articulados! Rapazes novos, na sua maioria à roda dos trinta anos, refletindo velhice precoce”, entre eles, os jovens marinheiros eram os que tinham melhor aspeto físico, mas carregavam igualmente na pele o “tom baço, da cor típica do paludismo como se os farrapos de caqui amarelo da vestimenta da ordem se espelhassem nas suas magras faces” (Oliveira, 1974, pp. 57). No entanto, dá-se conta, que dentro do campo os reclusos depressa se habitam à imagem que apresentam, era como se perdessem a memória daquilo que foram antes da clausura, este é um resultado alcançado pelos métodos próprios da instituição, onde todos os “territórios do eu são violados, a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas” (Goffman, 2003, pp. 31).

O mecanismo de desgaste físico prosseguia com os trabalhos forçados e os severos castigos aplicados como sanção negativa frente a qualquer tentativa de desobediência às regras impostas e como meio de garantir o sucesso da *cultura de imposição*, que só mesmo por imposição podia ser aceite. Uma população prisional praticamente composta por indivíduos, que já possuíam “uma personalidade moral e política formada” (Rodrigues, 1974, pp. 323) como poderiam anuir a uma ideologia que combatem e que tantos sofrimentos lhes infligia? De facto, este exercício de força é uma afirmação do poder que o Estado detém para esmagar aos ânimos daqueles que deram provas que ser inegáveis para a ordem institucional legitimada pelo regime, mas que, para a maioria dos casos, acabava por fortalecer a consciência revolucionária e mais os encorajava a resistir.

Desmoralizar para quebrar a dignidade e as convicções dos adversários políticos

Ao cortejo de dor e de miséria, associa-se um sistema de privilégios destinados a corromper a moral dos presos, dando conta do intenso processo de mortificação do “eu” a que são submetidos e da gradual tentativa de construção de um outro “eu” moldado ao sistema prisional. Os instrumentos utilizados para a aniquilação do “eu revolucionário” foram vários e a desmoralização foi um dos mais eficazes, aconteceu por exemplo na altura em que Franco vencera a guerra civil espanhola e também com o início da guerra mundial enquanto as tropas alemãs ganhavam terreno, o Diretor que até aí não permitia a entrada de qualquer notícia, mandou entregar jornais aos reclusos para ridicularizar as suas posições e provocar-lhes sofrimento. Outra técnica que vigorou desde logo, com o primeiro Diretor Manuel dos Reis, foi uma série de promessas destinadas a dividir e a colocar os presos uns contra os outros. Os republicanos foram os primeiros a ceder, alguns deles não se quiseram misturar com os revolucionários e como prémio passaram para uma barraca à parte, que os outros reclusos batizaram de “Ilha dos pinguins” e consideravam ser uma situação vergonhosa. Contam que era “grotesco vê-los trocarem o convívio dos pesos para se isolarem dentro de um recanto do Campo” (Ribeiro, 1976, pp. 41). Seguiram-se as políticas de “regeneração” com o Diretor João da Silva, que visavam aniquilar a dignidade dos revolucionários, intimidando-os a aceitar a ideologia do regime e para isso a ameaça estava no ar: “nenhum preso alcançaria a liberdade sem primeiro abdicar das suas ideias políticas e aderir ao Estado Novo. Não fazendo isso ou morriam ou ficavam doidos” (Aquino, 1978, pp.147). Assim, as opções de escolha apresentadas cingiam-se entre a liquidação moral, a liquidação psicológica ou a liquidação física, parâmetros que coagiam os reclusos a renegar as convicções ideológicas pelas quais se debatiam e a adotarem as definições da realidade infundidas pelo Estado Novo.

Com engenho, eram empregues medidas de terror sobre os que resistiam e concedidas recompensas para aqueles que se ajustavam ao exigido, esses últimos tinham como destino um pavilhão com melhores condições de acomodação, que ficou conhecido entre os presos como o “porta-aviões” por representar o lugar de onde, prometeram aos corrompidos, que iriam levantar voo para a liberdade. Os apanágios não se ficaram pelo alojamento, também passaram a ter uma alimentação melhorada, acesso a trabalhos mais leves, tinham permissão para usar o cabelo comprido, passearem ao domingo e a outras pequenas regalias que lhes tornava a vida de clausura mais fácil sem que, com isso, o seu estatuto de preso fosse alterado.

Em resultado, todos os presos que cooperaram com os carcereiros ou que se converteram aos valores oficiais do regime perderam a confiança e por inerência a estima dos pares, deixaram de ser um deles para se classificarem de “bufos” ou de “rachados”, e quer fossem vistos como “regenerados” pelos carcereiros ou como desprezíveis pelos companheiros, em ambos os casos eram considerados uns indivíduos “fracos” e desleais. Este julgamento negativo em termos de carácter implica a desqualificação moral daqueles que foram incapazes de resistir à violência das provas concentracionárias. Nesta matéria, a grande maioria dos presos políticos, testou sistematicamente formas válidas de preservar a “carreira moral” e de valorizarem a sua posição durante o encarceramento, tal como afirmam nos depoimentos deixados: “no Campo «a palavra de ordem é resistir», o que se traduzia na oposição de todas as nossas forças morais às tentativas dos carcereiros em nos amesquinham e corromperem” (Russell, 1976, pp. 20). Atitude e intenções que Goffman identifica como um sistema de ajustamento secundário, por se tratar de práticas que proporcionam ao recluso alguma satisfação e que lhe permite “escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do “eu” que a instituição admite para ele” (Goffman, 2003, pp. 160) e adota táticas de intransigência que defendem a sua identidade perante a tensão psicológica a que é submetido.

Uma estratégia de intransigência que, entre os presos, sempre vigorou no Campo do Tarrafal era o estudo através da organização de cursos com aulas destinadas a letrar, a aprender e a aprofundar doutrinas, a cimentar ideologias, bem como a partilha de conhecimentos profissionais e de práticas culturais em que se reconheciam e valorizavam, e que, nesse aspeto contrariavam os objetivos da instituição. Ainda que rodeados de todos os perigos, as organizações políticas prisionais sempre se agruparam e comunicavam entre si e até clandestinamente com as Direções Centrais no exterior. Ao longo dos anos as organizações prisionais do

Tarrafal, encontraram forma de contornar a distância, o isolamento, assim como as rugas e todas as carências a que estavam sujeitas, prova-o as inúmeras correspondências trocadas entre a Organização Comunista Prisional e o Comité Central do Partido Comunista, bem como os elementos da Organização Libertária o fazia e asseguram: “Mesmo assim nunca deixamos de comunicar diretamente com a CGT e a FARP” (Aquino, 1978, pp. 124).

As informações que os presos faziam sair do Campo, serviam para os órgãos centrais publicarem e divulgarem subversivamente a fim de ser denunciada a situação em que os presos do Tarrafal se encontravam e, a partir daí, lançarem a agitação e recolherem os apoios e os donativos possíveis, que muitas vezes chegavam até aos prisioneiros sob a forma de dinheiro, medicamentos, roupa, tabaco ou outros artigos úteis. Já as informações que se introduziam no campo eram essenciais para que os quadros das organizações prisionais acompanhassem o que se passava no mundo exterior, confiarem na luta partidária e seguirem as diretrizes emanadas pelas Direções Centrais. Mesmo assim, cada revolucionário não podia deixar de sentir a amargura de se ver remetido “à condição de um objeto passivo, sujeito a uma disciplina draconiana, obrigado, como um autómato, a obedecer às ordens absurdas dos desalmados carcereiros” (Pedro, 2011, pp. 22) que mais que lhes sugavam o tempo de vida e o afastavam das fileiras do combate contra a ditadura.

A aplicação de mecanismos que levavam à liquidação física dos encarcerados

Na memória das vítimas, pelas circunstâncias e pelos acontecimentos que viveram, no Campo de Concentração do Tarrafal a pena de morte era fortuita, requintada e cruel. É-lhe atribuído o sentido de um “Campo de morte lenta”, lugar onde tudo fora pensado para “liquidar os prisioneiros, não de forma violenta e chocante, mas aos poucos, com a colaboração eficaz dos pântanos locais” (Pedro, 2009, pp. 374). Estabelecem uma analogia com o “velho sistema da gota de água a cair”, cadenciado, lento, torturante “a matar lentamente para que o gozo do carrasco seja maior”. A morte era uma ameaça real que agia conforme os acasos do clima e das vicissitudes da vida a que eram sujeitos.

Os presos que morriam eram abatidos ao efetivo e oficialmente registava-se o óbito, não resistiram ao clima, foram as febres e as doenças, e essas são uma causa natural pela qual ninguém podia ser responsabilizado. Mas, dizem-nos os testemunhos, se a doença foi o mecanismo da destruição física, as mortes eram premeditadas e anunciadas mal chegaram ao Campo, eram estas as palavras de boas-vindas do primeiro Diretor: “Quem vem para o Tarrafal vem para morrer!” e ao longo do tempo, as verdadeiras intensões do cárcere vão-se revelando verbalmente “Vão todos cair como tordos!”. Quando se cumpria o veredicto, replicavam “Morreu mais um bandido!” e o médico Esmeraldo Pais Prata ia passando as certidões de óbito com uma satisfação que ostentava o ódio que sentia pelos revolucionários. Eram estas e tantas outras palavras de maldição não deixariam de ser repetidas por outras bocas ao longo dos anos de cativeiro: “Vamos a trabalhar! Se estão aqui é para morrer!”. Na verdade o vaticínio de extermínio ia-se cumprindo aos poucos e os reclusos reconheciam: “foi, por isso mesmo, que para aqui nos enviaram”, escreve Rodrigues (1974), tendo em conta as agruras do regime em que vivem e os pântanos envolventes é espectável que as picadas dos anofelinos se encarreguem de os envenenar progressivamente, e “se alguma natureza mais robusta consegue resistir ao paludismo, ainda fica a tuberculose e a loucura” (Rodrigues, 1974, pp. 56).

Cândido de Oliveira (1974) defende que, ainda que encoberto por uma neutralidade simulada, Portugal era um país aliado da Alemanha nazista e tal como aconteceu em todos os países satélites, foram seguidas atividades similares e criados “Campos de Concentração, envolvidos pela típica teia de arame farpado, e neles os antifascistas expostos às mesmas torturas: fome, falta de assistência médica, trabalho-forçado – e a câmara de eliminação” (Oliveira, 1974, pp. 132) que no Tarrafal foi objetivada com a construção de uma pequeno edifício a que chamaram de “frigideira”.

Situada num lugar descampado a uns metros do campo, esta câmara infernal feita em cimento media cerca de seis metros de comprimento por três de largura e dividia-se em dois compartimentos, a única abertura que

possuía era a porta de ferro com pequenos orifícios e tinha por cima uma grade por onde se efetuava o arejamento. Exposta ao sol tropical, por dentro as temperaturas eram elevadíssimas, um “forno” como diziam os presos: “bastavam três presos castigados na mesma cela para caírem do teto, como chuva, as gotas de água condensadas da respiração. Íamos para o castigo descalços e sem cintos, e o nosso primeiro ato, ao fechar-se a porta sobre nós, era o de nos pormos nus. O calor era atroz” (Russell, 1976, pp. 22) e tomava o ambiente pútrido devido aos odores que se libertavam do balde destinado às necessidades fisiológicas e que ficava junto ao cântaro que continha a água de beber, esta mesmo quente era tão mingua que nunca chegava para saciar a sede, já o regime alimentar dos supliciados alternava entre o pão-e-água e uma sopa rala.

Quando chegava a noite a câmara de betão arrefecia e no seu interior os sujeitos tremiam, então, de frio. Estendidos sobre o chão de cimento, era um tormento a areia que se entranhava nos corpos em ferida tal como as picadas dos parasitas e dos insetos que lhes faziam companhia forçada e transmitiam as mais diversas moléstias. Ao fim de vários dias de permanência na “frigideira”, quando os presos regressavam ao campo tinham um aspeto verdadeiramente miserável: “descalços, sujos, mirrados, desgrenhados, barba hirsuta, cabelo sobre as orelhas, vestes esfarrapadas pareciam estes invadidos da cela de tortura de um manicómio” (Firmo, 1978, pp. 169).

Os relatos pessoais sobre os sofrimentos que passaram na “câmara de tortura” são tão intensos que os próprios dão uma resposta evidente à questão que colocam: “Não era pena de morte? – Era, sim, uma pena de morte sádica, uma pena de morte lenta para que os carcereiros assassinos pudessem gozar com o estertor do moribundo” (Rodrigues, 1974, pp. 132). Opinião partilhada por Cândido de Oliveira, que avaliou a prisão do Tarrafal durante o ano e meio em que lá permaneceu, como um “Pântano da Morte”, pois “era esse o objetivo! O anófele ao serviço da ditadura. A biliosa, a substituir a pena de morte. A preencher uma lacuna – da legislação salazaristas” (Oliveira, 1974, pp. 125).

Viver lado-a-lado com o espectro da morte é uma experiência perturbante, difícil de lembrar e impossível de descrever nas suas múltiplas dimensões, não obstante, todas as narrativas convergem em torno da mesma perceção da realidade envolvente, dizem-nos que o próprio Campo do Tarrafal era um cemitério para onde tinham sido arremessados, outra versão convoca o objetivo do Campo ter sido “instalado a cerca de um quilómetro do cemitério do Chambão, que ficando ali, mesmo “à mão de semear”, onde os mortos possam ser enterrados sem dar nas vistas, constituía, num projeto montado com aquela intencionalidade, uma evidente vantagem prática” (Pedro, 2009, pp. 374) para os objetivos do regime, mitigando o impacto da morte dos internados, livrando-se do ruído comovido das famílias inconformadas, afastando os olhares curiosos e a necessidade de justificação pública sobre as ocorrências no interior do Campo.

A Morte resultante de um projeto político

Nos primeiros meses de vida no Campo do Tarrafal o tempo foi de seca, os presos sentiam-se animados, eram homens relativamente jovens, sadios e determinados a ultrapassar quaisquer obstáculos. Inesperadamente, precisamente na altura em que se encontravam debaixo de sevos castigos, são confrontados com o período das chuvas e com o surgimento das pragas de mosquitos. No espaço de dias o campo transformou-se numa área endémica onde cerca de 200 internados ardiam num surto de febres. Sem médico que os tratasse, sem medicamentos adequados à enfermidade e sem esperança de auxílio externo, apenas podiam contar com um enfermeiro diplomado que tinha chegado ao campo na 2.^a vaga de presos em junho de 1937 e que, incansavelmente tentava assistir a todos os enfermos, mas os únicos tratamentos disponíveis resumiam-se ao termómetro, à aplicação de clisteres, compressas de água fria para baixar a temperatura do corpo e como ultimo recurso o escalda-pés, era tudo quanto lhes era possível para lutar contra o paludismo.

No dia 20 de setembro de 1937 a morte chegou ao Campo e em pouco mais de um mês a “biliosa” vítima sete prisioneiros, todos eles tinham chegado na leva que veio inaugurar o Campo em outubro de 1936. A ocorrência destas mortes teve a peculiaridade de serem ocultadas ao acampamento, acabando por constituir

um acontecimento diferente de todas as mortes que se seguiram durante o período de funcionamento do Campo. Os motivos reportam-se à forma inesperada com que a morte atuou, e, atendendo que, na altura praticamente todos os reclusos se encontravam afetados pelas febres palustres, era um dever dos que ainda possuíam forças para cuidar e confortar os doentes, poupá-los ao efeito chocante da morte dos camaradas. Para que o pânico e a desmoralização não se apoderassem da população prisional, foram adotados alguns procedimentos na preparação das exéquias, começavam por tapar o rosto aos agonizantes e evacuá-los para a enfermaria, que na altura não passava de uma barraca de madeira desprovida de recursos médicos. Perante o olhar curioso dos doentes que os viam passar, tinham sempre o cuidado de encontrar uma desculpa que os sossegasse: “foram transportados para o Hospital da Praia para serem tratados”, diziam.

Para além de mentirem piedosamente, cabia-lhes outras importantes tarefas tais como preparar o corpo do defunto e contrariar a vontade do Diretor em que “os corpos fossem de corpo á terra, para evitar as despesas com o funeral” (Aquino, 1978, pp. 95) e para isso, os mais entendidos no ofício da carpintaria, deitavam mãos-à-obra na construção urgente dos caixões. Depois, era preciso carregá-los até ao cemitério e aí procediam propriamente ao ato do enterro, abriam as covas, entregavam o féretro à terra, lançavam um olhar de despedida e regressavam ao campo.

Tudo é novidade nesta experiência, os acamados não suspeitavam que o ruído das plainas e das serras que rompiam o silêncio do Campo, representassem a transformação de uma mesa de refeitório num caixão. Dava-se o caso, de não estarem preparados para enfrentar tão dura realidade e deste modo aceitavam as explicações evasivas que iam ouvindo como o referem: “a verdade é que os nossos espíritos estavam predispostos para acreditar em qualquer coisa que significasse uma esperança de saída para a desesperada situação em que nos encontrávamos” (Pedro, 2009, pp. 421).

Já o médico do Campo, Esmeraldo Pais Prata estava bem preparado para cumprir a tarefa de assinar as certidões de óbito e se durante o surto não apareceu no campo para consultar os doentes, agora também não precisava de ver os cadáveres para confirmar o óbito. Na perspetiva dos presos, note-se que consensual, a conduta do médico é interpretada como mais um instrumento ao serviço do Estado Novo, pois não tinha sido nomeado para exercer as funções de cuidar e salvar as vidas dos presos mas para atestar que a saúde destes se degradava. Médico assim era desprezível e de nada lhes servia, pelo que auferiu da reputação de “Tralheira”.

Depois do impacto do período agudo, o acampamento foi-se restabelecendo e os presos aprenderam a encarar a morte como uma presença constante, o que por vezes os levava a ceder às velhas superstições que prediziam a desgraça, impressionava-os os negros bandos de corvos que todo o dia sobrevoavam o Campo e até os tristes uivos dos cães que soavam pelas noites adentro os apavorava. Todos possuíam a plena consciência de que poderiam ser a próxima vítima a expirar naquele lugar maldito e, a partir daí, preparavam-se para morrer em nome dos valores que lhes davam sentido à vida.

No confronto com o término as culturas revolucionárias debatem-se de forma similar, libertários e comunistas convergem quanto ao valor atribuído ao “bom comportamento” durante a prisão e perante a morte, tratava-se de um desígnio interiorizado coletivamente. O preso que suporta longos e cruéis sofrimentos, é uma vítima nas mãos dos agentes da repressão salazarista mas não perde a sua dignidade de resistente, era assim que os “valentes morriam no Tarrafal! honrando a espécie humana, a gente lusa, vencendo pela ideia o abraço gelado da Morte” (Rodrigues, 1974, pp. 298). Deste modo, a morte passa a ser encarada como mais um símbolo da injustiça e do martírio a que os revolucionários eram sujeitos.

Os comunistas submetem-se voluntariamente à disciplina e à doutrina imposta pelo partido, eram-lhes “vedadas as fraquezas e as dúvidas, mesmo aquelas momentâneas que assaltavam a maioria dos companheiros inspirados por outras ideologias. O rigor disciplinar uniformizava o comportamento dos seus quadros” (Pedro, 2009, pp. 434) e isso reflete-se nas memórias escritas através do uso da mesma linguagem sobre a postura que valorizavam, não se poupam à ilustração do heroísmo dos seus elementos, da coragem

com que enfrentaram o sofrimento e a agonia letal. Os militantes não se condoem nem se arrependem da luta travada contra o fascismo, é com orgulho que morrem em nome de tão nobres propósitos e nessa hora, não espanta que deixem o seu pedido de perdão aos camaradas pela “impotência física para vencer a morte e para acompanhá-los na luta até ao triunfo da causa revolucionária porque lutavam” (Russell, 1976, pp. 106).

As mortes no Campo foram ocorrendo em diversos momentos e circunstâncias, mas pelas descrições dos testemunhos destacam-se alguns detalhes transversais aos acontecimentos: Os reclusos sempre se envolveram nos cuidados prestados aos moribundos, tratavam-se de momentos muito dolorosos em que era essencial transmitirem-lhes algum conforto. No entanto, à agonia lenta contrapunha-se a pressa do enterro, as exéquias precisavam de ser rápidas devido ao clima que acelerava a decomposição dos corpos. Assim, enquanto uns lavavam e vestiam os cadáveres já visivelmente deformados pelas doenças, outros passavam pelo refeitório e lá escolhiam uma mesa que levavam até à carpintaria para ser transformada numa caixa mortuária.

A construção do féretro atordoava o acampamento, já todos conheciam o significado do ranger das serras e do “som macabro” do martelo, as batidas nas tábuas eram sentidas do seguinte modo: “penetrava-nos no cérebro, aturdiava-nos, esmagava-nos” (Firmo, 1978, pp. 158). De igual modo, foram os presos que se disponibilizaram para talhar as lápides e gravarem as inscrições a cinzel para as sepulturas dos seus mortos.

No “Posto de Socorro”, que também funcionava como casa mortuária, os presos reuniam-se em vigília para homenagear a memória do companheiro falecido. Formavam turnos de modo a dar a oportunidade a todos participarem no velório e era nesses momentos que aproveitavam para dar largas à emoção e descarregarem as suas próprias angústias.

Quando a camioneta que trazia os panejamentos pretos chegava ao campo, na casa mortuária fechava-se o caixão e os camaradas mais íntimos transportavam-no até lá, por exigência da direção, só alguns acompanhavam o funeral até ao cemitério, normalmente escolhiam-se dez camaradas, um de cada caserna. Então, começava o rito de despedida dentro dos limites do arame farpado, os presos, de chapéu na mão, dispunham-se ao longo de duas fileiras e à medida que a carrinha passava entre eles, faziam a saudação e caminhavam em cortejo até à porta do campo, ali ficavam imóveis, num pesar interiorizado que se diluía nos gestos reprimidos ou nas palavras não consentidas. Dadas as circunstâncias era a postura mais sensata, não havia lugar para a emotividade, não se humilham perante os carcereiros e acima de tudo, só uma forma de agir é aceite entre os revolucionais, a grandeza de vencerem as próprias fraquezas, silenciar as palavras, controlar os sentimentos e resistir corajosamente à triste situação em que se encontravam.

A camioneta seguia até ao cemitério da Achada para o enterro do cadáver, tudo se fazia sem um registo, longe dos membros da família e dos amigos, sem palavras de reconhecimento nem flores. Contam os testemunhos que se dispunham em volta da cova olhando a terra que caía sobre o caixão, a custo continham a revolta, cerravam o punho e em surdina lançavam o último adeus: A luta continuará, camarada!

Referências

Aquino, Acácio Tomás (1978), *O segredo das prisões atlânticas*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Berger, Peter & Luckmann, Thomas (2004), *A construção social da realidade*. Rio Janeiro: Ed. Vozes.

Goffman, Erving (1999), *Os momentos e os seus homens*. Lisboa: Relógio D’Água Editores.

Goffman, Erving (2003), *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Goffman, Erving (2011), *Ritual de Interação. Ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Editora Vozes.

Firmo, Manuel (1978), *Nas Trevas da longa noite: Da guerra de Espanha ao Campo do Tarrafal*. Povoia do Varzim: Edições Europa-América.

Oliveira, Cândido (1974), *Tarrafal: O pântano da morte*. Lisboa: Editorial República.

Pedro, Edmundo (2009), *Memórias-Um Combate pela Liberdade*. Vol I., Lisboa: Ed Âncora.

Pedro, Edmundo (2011), *Memórias-Um Combate pela Liberdade*. Vol II, Lisboa: Ed Âncora.

Ribeiro, Joaquim (1976), *No Tarrafal, prisioneiro*. Porto: Editorial A Opinião.

Rodrigues, Manuel Francisco (1974), *Tarrafal Aldeia da Morte - O Diário da B5*. Porto: Brasília Editora.

Russell, Miguel Wager (1976), *Recordações dos tempos Difíceis*. Lisboa: Avante.

ⁱ Erving Goffman (1999) utiliza o termo “mastigação” para se referir ao “ciclo metabólico” das Instituições Totais e que passa por três fases: o recrutamento dos indivíduos, o processo de “mastigação” e por fim o “regurgitamento” dos seres humanos já transformados pela instituição.

ⁱⁱ Goffman define a regra assimétrica como “aquela que leva os outros a tratar e serem tratados por um indivíduo de modo diferente daquele com que ele trata e é tratado por eles.” (Goffman, 2011, pp. 56)